

Aiala Colares Couto

Geógrafo, Doutorando em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA,
Professor Assistente II da Universidade Estadual do Pará (UEPA)
aialacouto@uepa.br

Geopolítica ou geografia política do narcotráfico? Faccções criminosas e disputas territoriais na Amazônia

Resumo

Nos últimos anos o narcotráfico na Amazônia vem ganhando novas configurações e dimensões socioespaciais, sobretudo em relação à produção de territórios controlados por grupos criminosos. O texto em questão tem como objetivo analisar a geografia imposta pelas facções criminosas sobre a região. A metodologia de pesquisa se pautou em revisões de literatura, análises documentais, observações sistemáticas, entrevistas e trabalhos de campo. Os resultados apontam para um processo de interiorização das facções e da violência que, somadas a outros problemas estruturais, elevam as taxas de mortes violentas intencionais. Nesse sentido, há uma necessidade de implementação de políticas públicas que possibilitem o fortalecimento institucional por parte do Estado, bem como a defesa da floresta amazônica e de suas populações.

Palavras-chave: Amazônia, geopolítica do narcotráfico, facções criminosas, violência.

Abstract

GEOPOLITICS OR POLITICAL GEOGRAPHY OF DRUG TRAFFICKING? CRIMINAL FACTIONS AND TERRITORIAL DISPUTES IN THE AMAZON

In recent years, drug trafficking in the Amazon has been gaining new socio-spatial configurations and dimensions, especially in relation to the production of territories controlled by criminal groups. The text in question aims to analyze the geography imposed by criminal factions on the region. The research methodology was based

on literature reviews, documentary analysis, systematic observations, interviews and fieldwork. The results point to a process of internalization of factions and violence which, together with other structural problems, increase the rates of intentional violent deaths. In this sense, there is a need to implement public policies that enable the state to strengthen its institutions and defend the Amazon rainforest and its people.

Key-words: Amazon, geopolitics of drug trafficking, criminal factions, violence.

1. Introdução

Os debates sobre a presença de facções criminosas na Amazônia e a relação entre crime organizado e os crimes ambientais vêm cada vez mais ocupando espaços na mídia, nas pesquisas de Organizações Não-Governamentais (ONGS) e na agenda governamental. Trata-se de um problema que de certa forma fragiliza as instituições, pois as facções criminosas se difundiram pela região a partir de lógicas de apropriação dos espaços vulnerabilizados, constituindo modelos de organização política, econômica e socioespacial.

A produção de desigualdades socioespaciais, a precarização e a violência, a exploração sexual, o tráfico de pessoas, o contrabando de minérios e madeiras, a grilagem e a invasão de reservas indígenas fazem parte de um modelo de desenvolvimento regional que hoje se soma ao narcotráfico e às mais variadas formas de violação de direitos que se territorializa na Amazônia brasileira.

Tais problemas não representam uma novidade para quem produz ciência tendo como recorte os conflitos na Amazônia, visto que há bastante tempo pesquisadores da região vêm observando atentos as implicações do narcotráfico sobre a floresta e suas populações:

A organização do narcotráfico depende do controle destas facções do crime organizado e, por isso, o crime organizado constrói bases territoriais que são configuradas espacialmente sobre as cidades e regiões que se tornam espécies de zonas e pontos articulados em redes. E, no Brasil, afirma-se aqui que o narcotráfico se encontra territorializado, impondo uma lógica de sobreposição de poderes, sobreposição esta que é manifestada nas mais diversas formas de violência, as quais caracterizam os conflitos urbanos envolvendo a disputa pelo controle definitivo do território e que envolvem o Estado, além das facções criminosas (COUTO, 2019, p. 124).

Também já se chamava a atenção para o fato de que,

diante desse contexto, a Amazônia cumpre um duplo papel para o narcotráfico. Em primeiro lugar, pelo fato de estar localizada geograficamente na fronteira com os países que se destacam pela tradição na produção de cocaína (Bolívia, Colômbia e Peru), a região é uma das portas de entrada da droga (cocaína) que parte em direção aos mercados da Europa e da África, tornando-se estratégica para a organização espacial das atividades ilícitas. Em segundo lugar, a Amazônia é hoje uma das regiões mais importantes para o tráfico de cocaína, pois, além de ser esta a rota primária obrigatória, ela vem servindo de espaço de atuação e expansão de facções do crime organizado e, por isso, o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Comando da Capital (PCC) e a Família do Norte (FDN) vêm disputando o controle das rotas da cocaína, a exemplo da rota do rio Solimões que, por enquanto, está controlada pela FDN (COUTO, 2019, p. 125).

Não se quer aqui que a temática em questão seja vista como uma espécie de clichê, nem muito menos que seja abordada a partir de sobrevoos sobre a Amazônia, pois a região necessita de uma ciência militante, engajada nas lutas pelos direitos humanos e nas transformações sociais, com foco em significativas mudanças nas estruturas econômicas e políticas, visto que são estas estruturas que produzem geografias de violência. Chama-se atenção para o fato de que o uso da cartografia neste artigo não é meramente ilustrativo, ela tem um papel significativo em apontar os problemas e dimensionar a espacialização das facções do narcotráfico e das mortes violentas intencionais.

É desse modo que a geografia ganha destaque enquanto ciência e disciplina que se encarrega em abordar analiticamente as tensões e os conflitos por territórios. A geopolítica e a geografia política são subáreas que melhor podem explicar o que vem ocorrendo na região amazônica nestes últimos anos. Os sujeitos do crime organizado produzem territórios por meio de relações de poder que, materializadas no espaço, apropriam-se da geografia da região para organizar e estruturar estratégias de controle dos fluxos dos mercados da droga.

Podemos acrescentar outras atividades criminosas que estão ocorrendo na região amazônica, as quais também possuem uma dimensão global e que deveriam ganhar uma atenção especial, como a biopirataria de espécies animais e vegetais e o desmatamento resultante do contrabando de madeiras e das queimadas ilegais que se espalham pelo território, deixando um rastro de destruição da megabiodiversidade e atingindo, principalmente, os povos ou comunidades tradicionais (COUTO, 2020).

De qualquer forma, o objetivo deste artigo é o de analisar a geografia imposta pelas facções criminosas sobre a região amazônica considerando que o narcotráfico promove uma geografia política que envolve as disputas territoriais pelo uso e pelo controle do território e uma geopolítica quando articula as estratégias que organizam os espaços dos fluxos sobre a região para atender aos mercados globais.

Para tanto, o artigo está dividido em três seções: na primeira delas, faz-se um breve debate sobre geopolítica e geografia política e a relação delas com o narcotráfico na Amazônia, como já destacado nessa introdução, a geografia ganhando um lugar de destaque nesse contexto. Na segunda seção, analisa-se o controle do território por parte das facções criminosas e a dinâmica que elas impõem sobre a região, dando ênfase à cartografia que destaca a presença e as disputas destes grupos criminosos. E, finalmente, a última seção vai analisar as mortes violentas intencionais com a produção do mapa da violência na Amazônia, algo que tem a ver com as mais variadas ilegalidades, mas que ganha um incremento em função da crescente interiorização do crime organizado na região.

Ressalta-se que este texto é resultado de pesquisas realizadas durante o projeto “Cartografias da violência na Amazônia”, coordenado pelo Instituto Mãe Crioula e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Com esse artigo busca-se apresentar outros caminhos para se compreender o fenômeno, mas dando-se importância também para as pesquisas pioneiras sobre essa temática, que utilizaram importantes estratégias metodológicas, resultando nos primeiros escritos sobre o narcotráfico na região. Isso deixou um terreno bastante fértil em termos bibliográficos que se soma às novas produções que devem encarar a responsabilidade de realizar uma ciência verdadeiramente militante em defesa da Amazônia e de seus povos.

2. Geopolítica ou geografia política do narcotráfico na Amazônia?

O vocábulo geografia quer dizer descrição da terra, logo, também, a descrição dos elementos da natureza. Nesse contexto, a produção de conhecimento empírico e cognitivo sobre os ecossistemas é algo comumente

realizado por geógrafos. A geopolítica pode ser definida como uma ciência que interpreta os fenômenos históricos, econômicos e políticos dos Estados nacionais e os reflexos internacionais de sua atuação. O jurista sueco Rudolf Kjellén (1899) foi responsável por criar a denominação “geopolítica”, buscando expressar as concepções acerca da relação entre Estado e território. A geopolítica seria, para Kjellén, um ramo autônomo da ciência política, ela difere da geografia política que pode ser entendida como uma vertente da geografia.

A premissa de uma geopolítica do narcotráfico busca evidenciar a relação entre as facções criminosas e o território, por isso parte-se do pressuposto de que o Estado não é o único a fazer uso da geopolítica. Ela é representada por estratégias utilizadas por estas facções que se apropriam das dinâmicas social, econômica, política e ecológica da Amazônia, sobretudo considerando a sua conexão com o mundo globalizado.

Por outro lado, em relação à conjuntura atual dos conflitos sociais na Amazônia, há relações de poder difusas sobre a região, conectando o narcotráfico a outras ilegalidades e envolvendo dinâmicas territoriais de violência. Está-se, então, perante uma geopolítica do narcotráfico? Ou, mais ainda, uma geografia política das facções criminosas? Antes de responder tais questionamentos chama-se atenção para o fato de que a relação entre política e território é essencial para a compreensão da sociedade, sobretudo quando são consideradas as relações de poder, relações estas constituintes de territórios.

A geopolítica esteve presente em etapas importantes de ocupação da região: durante a colonização houve uma “geopolítica do conhecimento”¹(PORTO-GONÇALVES, 2005), com a presença de fortes militares e de missões religiosas que deflagraram os processos de catequização de indígenas que durou até o século XVIII.

No século XIX a atividade gomífera foi responsável pela internacionalização da economia com base na exportação da borracha, que trouxe projetos de modernização urbana para Belém e Manaus. A atividade entra em decadência devido à competição com a borracha do sudeste asiático, colocando a Amazônia em um longo período de estagnação. A geopolítica dos militares retorna com força máxima nos anos de 1960 a partir de projetos de integração nacional e desenvolvimento regional.

Em termos temporais, os anos de 1960 destacam-se como o início do que a geógrafa Betha Becker (1991) chamou de “economia da fronteira”, sobretudo a partir dos governos militares (1964-1985). Isso representou o paradigma de crescimento econômico que historicamente marcou o povoamento e o desenvolvimento amazônicos, lineares e “infinitos”, baseados na exploração predatória dos recursos naturais e dos saberes de suas populações tradicionais.

Nesse sentido, pode-se dizer que se trata de uma geopolítica dos militares para a Amazônia, uma geopolítica com estratégias desenvolvimentistas que, ao impor forte relações de violência contra povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e camponeses, transforma-se numa geografia política. Para Castro (2005), como muitas questões e conflitos de interesses insurgentes, tendo em vista as relações sociais materializadas em disputas territoriais, as tensões e os arranjos que daí apareceram definem uma abordagem e um terreno importante da análise geográfica.

A análise geográfica do narcotráfico perpassa pela análise das relações entre espaço e poder. E é impossível desconsiderar as relações políticas implícitas nesse processo, assim, “podemos indicar que é na relação entre a política – expressão e modo de controle dos conflitos sociais – e o território – base material e simbólica da sociedade – que se define o campo da geografia política” (CASTRO, 2005, p.15-16).

O debate sobre território torna-se fundamental na relação entre geografia e narcotráfico, o território e as redes aparecendo como categorias centrais que se somam às concepções de fronteira, pois o território é o substrato espacial materializado pelas relações de poder e pelas redes, já a fronteira é a zona de expansão e conexão entre os sujeitos e os fluxos. Para Gottman (1973), se o território é um compartimento do espaço como fruto de sua diversificação e organização, ele tem duas funções principais: a) servir de abrigo, como forma de segurança; b) servir como trampolim para oportunidades.

Sabe-se que a Amazônia desempenha um papel fundamental para as redes e os mercados do narcotráfico no Brasil e no mundo, seja como área de trânsito que abastece o mercado brasileiro, seja como espaço de integração aos mercados da Europa e da África. De certo modo, a posição estratégica da Amazônia em relação aos produtores de cocaína e skank

teve grande contribuição na reorganização espacial das facções criminosas no território brasileiro.

É daí que vem a ideia de discutir uma geopolítica do narcotráfico na Amazônia, pois se entende que as mais variadas estratégias de controle e regulação das principais rotas do tráfico de drogas são utilizadas pelo crime organizado. Esta é, inclusive, a maior motivação para que facções criminosas como o Comando Vermelho (CV), do Rio de Janeiro, e o Primeiro Comando da Capital (PCC), de São Paulo, passassem a atuar na região, somando-se às que aqui surgiram como o Comando Classe A (CCA), do Pará, e a praticamente extinta Família do Norte (FDN), do Amazonas.

Segundo Couto (2023), para as ações estratégicas do crime organizado a partir do narcotráfico, as redes se constituem como importantes ferramentas para a organização dos territórios. Elas constituem as bases operacionais que promovem o funcionamento do mercado da droga, razão pelas qual aparecem como causadoras de “ordens” impostas sobre a sociedade, com amparo em relações de poder que vêm de cima para baixo, surgindo, então, territórios-redes ou territórios em rede.

O controle das rotas se faz necessário para que se tenha o controle do mercado da droga: conhecer e se apropriar da geografia da Amazônia é extremamente necessário para as facções criminosas. Portanto, na Amazônia pode-se dizer que “territorializar-se significa também, hoje, construir e/ou controlar fluxos/redes e criar referências simbólicas num espaço em movimento, no e pelo movimento” (HAESBAERT, 2004, p. 280).

Afirmo que as redes do narcotráfico devem ser compreendidas como elementos importantes que compõem a dinâmica de reestruturação do espaço e das relações de poder que instituem territorialidades na Amazônia. Sendo assim, o narcotráfico na produção da economia-mundo impõe lógicas organizacionais de “ordens” e “desordens” espaços-territoriais, impostas sobre diferentes formas de organização social que muitas vezes demonstram uma sobreposição de poderes, evidenciando a presença de forças políticas e econômicas que produzem territórios não estatais (COUTO, 2023, p. 23).

Há a imposição de processos de territorialização, pois o território é central para o debate da geografia política e da geopolítica. E a ciência

geográfica vem se dedicando nestes últimos anos a explicar as diversas manifestações de poderes que constituem territórios, não se restringindo apenas à análise macro dos processos políticos, mais também dando importância e destaque para as microrrelações que também produzem tipos específicos de territorialidades.

Nesse sentido, a geografia parte de uma análise que não está resumida ao poder estatal, já que ela aborda as múltiplas relações de poder que produzem territorialidades para além das instituições. É na compreensão dos fundamentos que compõem as relações de poder, as quais moldam a sociedade e o espaço produzido, que tornam o território um campo de forças resultantes destas relações, que a geografia vai buscar as bases analíticas da compreensão dos fenômenos sociais.

Segundo Raffestin (1993, p. 143-144), o espaço e o território não são termos equivalentes:

O território é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator 'territorializa' o espaço [...]. O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia ou informação, e que por consequência revela relações marcadas pelo poder (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Para Raffestin (1993), o território é um espaço construído por um ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema semântico. O autor destaca que, do Estado ao indivíduo, passando por todas as organizações, pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem território, e que toda prática espacial, ainda que embrionária, induzida por um sistema de ações ou de comportamentos, traduz-se em uma "produção territorial": produção esta que se expressa em sistemas de tessituras, nós e redes organizados hierarquicamente, o que permite assegurar o controle sobre aquilo que pode ser distribuído, alocado e/ou possuído, dessa maneira realizando a integração e a coesão dos territórios.

As guerras foram essenciais para que a geografia elaborasse o conceito de território associado a uma espécie de expansão do poder do Estado. A visão estadocêntrica negava todo e qualquer tipo de manifestações de poder em outras escalas. Por isso, advoga-se a necessidade de propor uma reflexão mais precisa e coerente com as diversas

manifestações das microrrelações de poder que fazem parte da história da sociedade. Além disso, deve-se considerar também a relação entre identidade e espaço que expressa a projeção dos aspectos culturais sobre o território, assim como as relações econômicas que dão sentido a outra abordagem do conceito.

Dessa maneira, propõe-se aqui ir além da visão estadocêntrica, ou seja, considerar, sobretudo, as geografias e relações políticas estabelecidas pelo crime organizado. Na Amazônia, o narcotráfico não é apenas objeto, ele torna-se sujeito quando a referência é o poder territorializado, e ele é também mercadoria quando se aborda o fenômeno do mercado da droga. E tudo isso junto deve ser construído por uma geografia que não respeita os limites institucionais impostos pelas fronteiras, pelo contrário, é pelas fronteiras que avança uma relação de “fora para dentro” e que vai ao encontro de outra que se realiza de “dentro para fora”: a fronteira é o encontro e o desencontro, é tensão e conflito.

Através da fronteira se institui uma geopolítica das articulações e estratégias do narcotráfico, mas também uma geografia política da guerra entre o Estado e o crime organizado e entre as facções rivais que disputam o controle da fronteira como zona de interação dos múltiplos fluxos. Desse modo, as relações de poder do narcotráfico “estão presentes em todas as estratégias desencadeadas pelos atores para dominar as superfícies e os pontos por meio da gestão e do controle das distâncias” (RAFFESTIN, 1993, p. 200).

A atuação do narcotráfico em rede cria uma espécie de sistema aberto, territórios em rede, visto que “as redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica das redes modifica, de forma substancial, a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999, p. 497).

Na Amazônia o controle do espaço é fundamental para o controle das rotas, e, por conseguinte, do abastecimento dos mercados. Para Raffestin (1993, p. 58):

O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas, sem a população, ele se resume apenas a uma potencialidade um dado estático a organizar e a integrar numa estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da ação.

Raffestin (1993) define o espaço como um conjunto de possibilidades para as ações de determinados atores, a partir do qual se forma o território: resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Esse ator, por conseguinte, define um campo para sua ação que não corresponde necessariamente ao “espaço”, mas a um espaço especificamente construído pelo ator, o qual comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema carregado de significados.

Segundo Saquet (2007), segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território, bem como relações externas de poder e dominação. Assim, o território assume distintos significados para diferentes sociedades e/ou grupos sociais dominantes. Nesse contexto, a geografia política do narcotráfico é o conjunto de ideias articuladas a partir das facções criminosas com o objetivo de controlar o território e que levam a conflitos de uso e domínio do espaço. A geografia, nesse caso, se traduz em ações políticas que produzem território. E essas ações dizem muito sobre as relações externas e internas do narcotráfico, porque são interações que integram as fronteiras numa conexão transnacional por meio de redes.

3. O controle do território e a dinâmica das facções criminosas na região

A região amazônica é um espaço de sobreposição de diversas formas de ilegalidades, tais como exploração ilegal de ouro, contrabando de madeiras, grilagem, pesca ilegal e biopirataria que se somam aos mais diversos tipos de crimes ambientais, muitas vezes crimes articulados a partir do crime organizado ou com a presença de facções criminosas que se alastraram regionalmente.

De toda modo, o que é importante enfatizar é a fragilidade institucional promovida pelo governo federal anterior, que precarizou as ações de fiscalização de órgãos federais, como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Energia Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes

da Biodiversidade (ICMBIO) e a FUNAI, todos eles aparelhados pelo governo Bolsonaro.

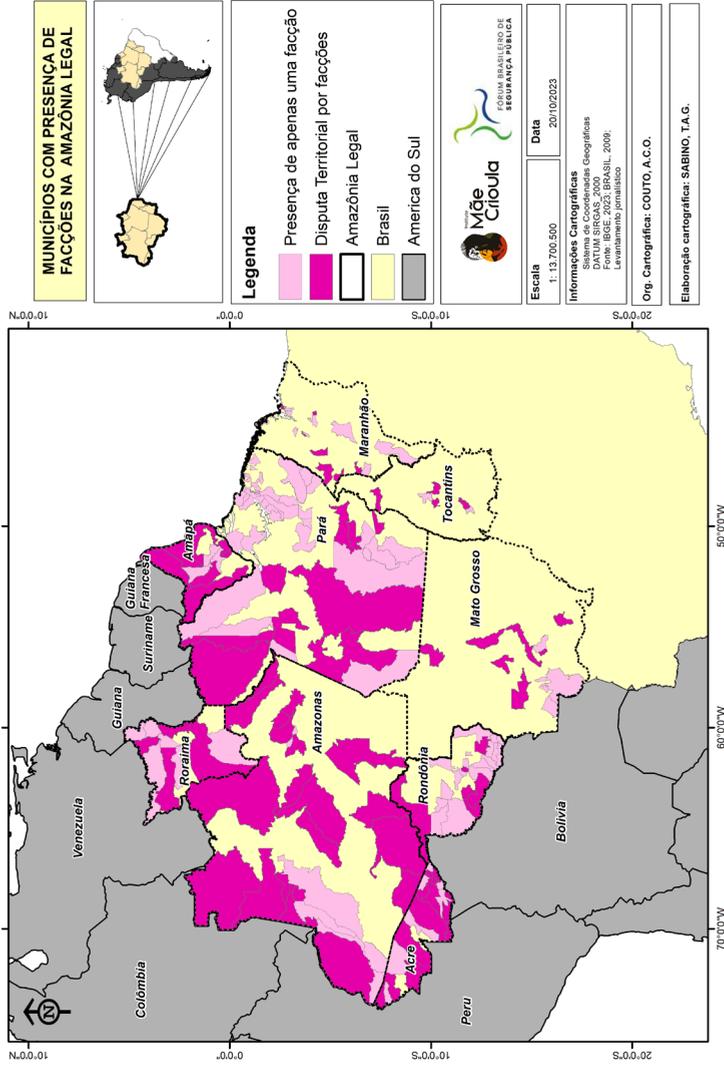
Por isso, enfatizamos que essas estratégias fizeram parte de um projeto político baseado no modelo colonial-civilizatório, cuja meta era a destruição e a exploração máxima dos recursos naturais da região para acumulação do capital. Essa desestabilização permitiu que o narcotráfico se conectasse facilmente aos crimes ambientais ganhando mais força econômica e tornando mais complexa a compreensão da presença do crime organizado na região (COUTO, 2023).

No relatório de pesquisa do projeto “Cartografias da violência na Amazônia” (2023), destaca-se o mapa 1, no qual é possível identificar os municípios territorializados por facções criminosas. O mapa 1 ilustra também os municípios em situação de conflito entre facções pelo controle territorial bem como aqueles territorializados por uma única facção que regula e controla as relações territoriais no espaço geográfico. O relatório utilizou como metodologia, para elaboração dos mapas, a coleta de dados primários e secundários, gerados por meio de entrevistas e análise de jornais, assim como a confecção de uma matriz analítica de classificação dos municípios de cada estado com indicativo ou não da presença de facções criminosas, além de indícios de ocorrência de disputas pelo controle do território.

Ressalta-se que 22 facções estão presentes e distribuídas pelos estados amazônicos e o mapa 2 retrata um cenário complexo de territorialização das facções criminosas na Amazônia: nele verifica-se que em todos os estados existem registros delas, e, em todos eles, há algum município sendo disputado por estes grupos, já que isto também está relacionado ao controle das principais rotas na região.

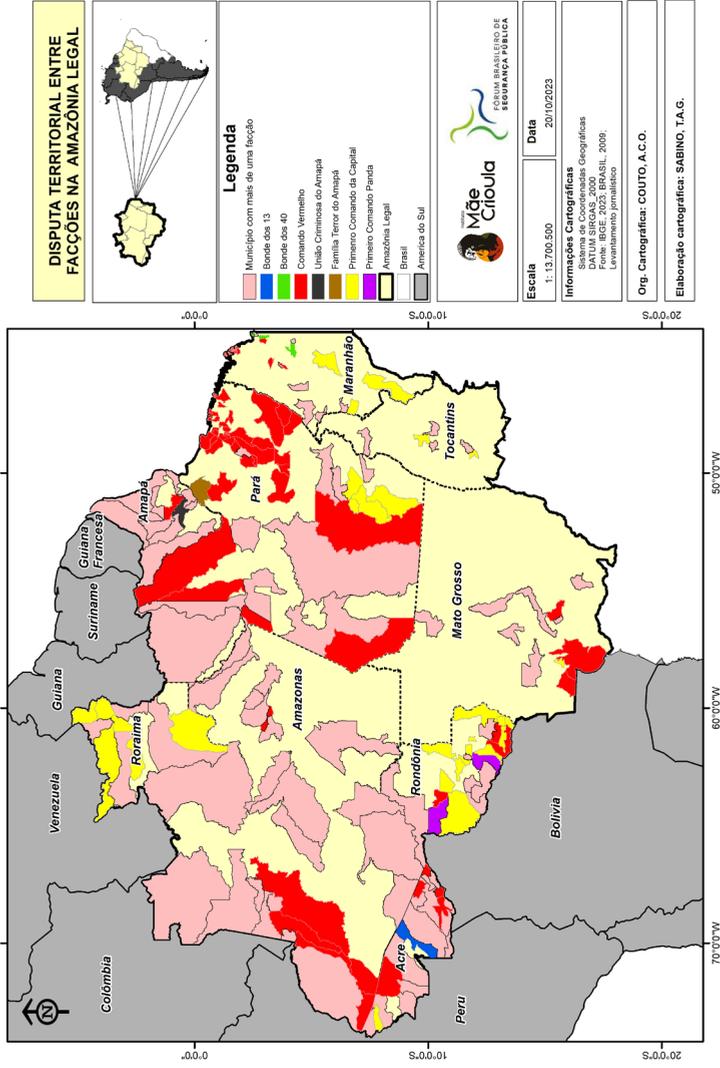
É na fronteira amazônica que se localiza a maioria dos municípios que estão sob esta dinâmica de conflitos envolvendo os grupos criminais, as facções instituindo relações de poder como estratégia para garantir o escoamento da droga para o território nacional. É importante salientar que, na região amazônica, foi constatada a presença de facções e gangues dos países vizinhos, que ora atuam em cooperação com as facções brasileiras ora entram em conflito, rivalizando com elas.

Mapa 1
MUNICÍPIOS CONTROLADOS E SOB DISPUTA DE FACÇÕES NA AMAZÔNIA LEGAL



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

Mapa 2
FACÇÕES QUE DISPUTAM O CONTROLE DOS MUNICÍPIOS AMAZÔNICOS



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

No interior da região, alguns municípios são objeto de interesse das facções por serem estratégicos enquanto espaços de fluidez ou de varejo da droga, sobretudo em áreas de instalação de projetos de infraestrutura e dinamismo econômico, como é o caso das cidades de Marabá, Parauapebas, Altamira, Santarém, Itaituba, Oriximiná, no estado do Pará; Açailândia, Imperatriz, Santa Inês e Estreito, no estado do Maranhão; Palmas, Araguaína e Gurupi, no estado do Tocantins. Como destaca Misse (2019), os confrontos entre diversas organizações criminosas entre os anos de 2016 a 2018, mais precisamente nos presídios do Norte, Nordeste e Sul, atestaram a importância do sistema penitenciário e seu papel central no processo de disputa pelos mercados varejista e atacadista das drogas e armas ilícitas nas rotas e cidades nas quais atuam organizações criminosas, especialmente o PCC e o CV.

As disputas pelo uso do território marcam uma geografia do crime organizado que impõe vigilância e controle dos territórios e isso se dá justamente nas cidades compreendidas como estratégicas para o varejo e o atacado das drogas. Para Schelling (1971), o crime organizado apresenta uma característica-chave de “exclusividade”, o que significa exercer governança sobre o mercado ou o território através do monopólio.

Isso explica em grande medida a explosão dos conflitos urbanos em Manaus, Macapá e nos municípios onde coexistem facções rivais que buscam a hegemonia sobre a região, para controlar o varejo e o atacado da droga, pois é isto também que está em jogo nesta guerra. Assim, a região amazônica vem se consolidando como grande fronteira do narcotráfico global, e não apenas como local de passagem da droga, já que as maiores cidades e aquelas localizadas nas principais rotas da droga estão vivenciando esta dinâmica de conflitos territoriais.

Como regra, assiste-se ao controle dos presídios, posteriormente das “quebradas”, que, na linguagem do crime, significam as zonas controladas pelo tráfico para o atacado-varejo da droga nas cidades. Em escala regional, a rota do narcotráfico apresenta relações multiescalares que produzem uma geografia das redes ilegais com base em uma geopolítica das estratégias complementada por uma geografia política das facções criminosas ou do narcotráfico, resultando na construção de uma dinâmica social de violência.

4. As mortes violentas intencionais e o mapa da violência na Amazônia

Na região amazônica ocorrem conflitos envolvendo o interesse pelo controle das áreas de garimpo ilegal, bem como de toda sua estrutura montada. Tais conflitos se somam à necessidade, por parte do crime organizado, de obter o controle das principais rotas do tráfico de drogas. Por isso, nos últimos anos, é cada vez mais presente a presença de facções criminosas em territórios indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentamentos rurais. Toda essa dimensão socioespacial contribui também para o aumento das taxas de Mortes Violentas Intencionais (MVI): a Amazônia encontra-se com taxas elevadas de MVI, acima da média nacional, caracterizando-se enquanto uma região extremamente violenta.

O relatório de pesquisa do projeto “Cartografias da violência na região amazônica” (2023) destaca que, apesar da redução verificada no último ano, todos os estados da região apresentaram taxas de violência letal acima da média nacional no último ano. Nesse sentido, o estado mais violento foi o Amapá, com taxa de 50,6 mortes por 100 mil habitantes. Na sequência aparece o Amazonas, com taxa de 38,8, o Pará, com taxa de 36,9, Rondônia, com taxa de 34,3, Roraima e Tocantins, empatados com taxa de 30,5 mortes por 100 mil, Mato Grosso, com taxa de mortalidade de 29,3, Acre, com taxa de 28,6 e, por fim, o Maranhão, com taxa de 28,5 por 100 mil. Ao todo, 9.011 pessoas foram assassinadas na região no ano de 2022.

Em grande medida, é possível reconhecer que a própria geografia da região contribui para esta sobreposição, visto que as rotas são fluviais, rodoviárias ou aéreas, muitas vezes são as únicas existentes em determinadas áreas, contribuindo para que o mesmo modal seja utilizado com diferentes finalidades. Contudo, é importante destacar a importância da região para o estabelecimento de organizações criminosas, principalmente as de base prisional.

Souza (2005) chama atenção para o fato de que a dinâmica econômica e sociopolítica de numerosas cidades brasileiras vem sendo influenciada crescentemente pela presença do tráfico. Esta não é, por conseguinte, uma realidade meramente ‘marginal’ e, portanto, não pode ser encarada como um tema ‘exótico’, pois trata-se de algo cada vez mais ‘normal’ e relevante,

cujos efeitos se fazem sentir cotidianamente e nos mais diferentes setores da vida social, sobretudo nas metrópoles.

O peso relativo destes grupos na configuração criminal, no Brasil como um todo e na região amazônica em específico, é significativo, tornando importante sua análise para se compreender o cenário recente dos indicadores de violência e as interconexões entre diferentes modalidades criminosas, incluindo as ambientais. É aí que o debate da geografia política ganha força, pois há um contexto de guerra que envolve grupos faccionais rivais que ora enfrentam-se, ora desafiam o poder do Estado. Como ressalta Moraes (2005), o tráfico de drogas varejista que ocorre na maioria das cidades brasileiras e, mais notadamente, em sua periferia, reflete e reproduz práticas e ideologias da sociedade contemporânea e do sistema capitalista. Neste sentido, é possível verificar que as relações entre a sociedade e esta atividade tida hodiernamente como ilícita são mais profundas.

Para Souza (2005), a vinculação com a economia ilegal ocorre sobre a base de uma racionalidade econômica, aplicada à luz da realidade social de um país marcado por uma proverbial desigualdade de oportunidades. Esse elo liga-se, notadamente, ao acesso a bons empregos no setor formal da economia e não por qualquer 'desvio moral' ou 'inclinação patológica do crime'. A Amazônia é uma região em disputa territorial na qual as facções buscam controlar mercados locais e rotas importantes, além disso, a conexão do narcotráfico com os crimes ambientais se junta à questão fundiária fazendo com que a violência e os conflitos sejam mais dinâmicos e intensos.

Por exemplo, no relatório do projeto "Cartografias da violência na Amazônia", a análise dos dados efetivou a divisão das cidades da Amazônia entre rurais, urbanas e intermediárias para ajudar na compreensão da extensão da violência na região. Os dados indicam que em todos os contextos as mortes violentas são mais elevadas na Amazônia do que no resto do Brasil. Nesse contexto, no que diz respeito às cidades classificadas como urbanas, a taxa de mortes violentas na Amazônia legal, de 35,1 por 100 mil habitantes, é 52% superior à média nacional, que foi de 23,2 por 100 mil. Ou seja, um contexto de extrema violência e vulnerabilidade que define a região enquanto a mais violenta do Brasil.

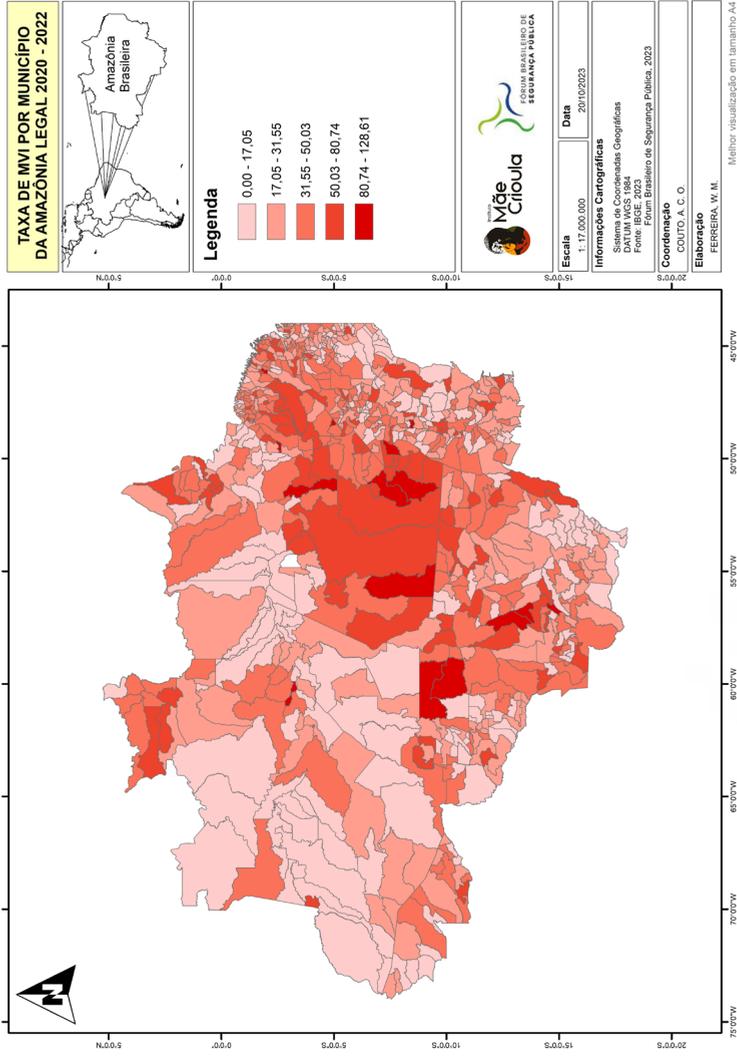
O mapa 3 destaca a taxa de MVI no último triênio para todas as cidades que compõem a Amazônia legal. Destaca-se que, do ponto de vista metodológico, como parte significativa dos municípios da região tem menos de 50 mil habitantes, qualquer evento considerado atípico registrado em determinado ano, a exemplo de uma chacina, poderia elevar a taxa de mortalidade de uma dessas cidades deixando-a acima da média histórica e gerando uma distorção na análise dos resultados.

Para evitar que um único evento com mortes colocasse determinada cidade na lista das mais violentas, procedemos a análise das mortes violentas entre 2020 e 2022 e calculamos a taxa para o triênio, de modo que as cidades com taxas mais elevadas são aquelas que apresentaram cenários de violência letal durante todo o período, não caracterizando um evento atípico (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2023).

Por este procedimento, quinze municípios apresentaram taxa média de violência letal acima de 80 mortes por grupo de 100 mil habitantes no período, a maioria nos estados do Pará e Mato Grosso: Floresta do Araguaia-PA (128,6), Cumaru do Norte-PA (128,5), Aripuanã-MT (121,8), Alto Paraguai-MT (110,0), Mocajuba-PA (108,0), Anapú-PA (100,0), Novo Progresso-PA (99,9), São José do Rio Claro-MT (99,5), Abel Figueiredo-PA (95,2), Nova Maringá-MT (90,3), Ourilândia do Norte-PA (89,4), Iranduba-AM (89,2), Junco do Maranhão-MA (86,4), Colniza-MT (82,7) e Curionópolis-PA (80,7).

A cidade mais violenta da Amazônia é Floresta do Araguaia, localizada no Sul do Pará, município com uma população absoluta de 17.898 habitantes. Fundada em 1970, está situada às margens do rio Araguaia, fazendo fronteira com o estado do Tocantins. Historicamente, sua dinâmica econômica está relacionada às atividades de pecuária, agricultura e mineração. Caracterizada por ser sede de uma terra indígena e de diversos assentamentos do INCRA, aparece em mapeamento produzido pelo Ministério Público do estado como local em que se contabilizaram ao menos 13 conflitos fundiários e agrários cujos procedimentos extrajudiciais encontravam-se em tramitação desde 2020. A região de Redenção, onde o município se localiza, é objeto de disputas de fazendeiros que atuam com criação de gado e madeireiros há décadas.

Mapa 3
TAXA DE MORTES INTENCIONAIS NOS MUNICÍPIOS DA AMAZÔNIA LEGAL 2020-2022



Fonte: Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2023).

São municípios que sofrem influência das facções criminosas e, nesse sentido, são incorporados ao esquema das redes ilegais que também utilizam como mão de obra a juventude em situação de vulnerabilidade social. Os jovens tornam-se, então, mão de obra barata e descartável na guerra pela reafirmação do domínio do território. Para isso, é preciso primeiramente configurar uma rede social para depois configurar e consolidar o controle efetivo do território. As territorialidades também ocorrem de forma a organizar os espaços dos fluxos orientados pelas redes ilegais, ou seja, redes territorializadoras que se constituem enquanto territórios em rede; portanto, a violência na região se dá também pela apropriação/pela dominação do espaço geográfico através das relações de poder.

A territorialidade do crime tem como reflexo o crescimento do número de pessoas sob sua influência ou seu controle. A territorialidade de grupos faccionais é um processo que pode ser entendido a partir da definição de Sack (1986) como a tentativa de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que, por meio de suas ações, controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles. É importante frisar que Sack (1986) analisa a territorialidade humana debatendo sua concepção em diferentes escalas e dimensões, para ele, a territorialidade é um meio indispensável para o exercício do poder, do nível pessoal ao internacional, o qual pode ser efetuado de diferentes maneiras.

As relações de poder são centrais para a geografia política, pois envolvem a interação da sociedade com o Estado e o território, sobretudo com ênfase nas relações entre espaço e poder. Por isso, as invasões territoriais e as guerras estão relacionadas a esta disciplina, sendo o Estado o responsável por tal prática. Todavia, o estudo aqui apresentado buscou evidenciar, a partir da geografia e da cartografia, a relação entre o narcotráfico, as facções e o território, demonstrando a ideia de um poder que não é paralelo, mas sim infiltrado nas estruturas econômicas, políticas e sociais, e que acaba por produzir processos de territorialização.

Por outro lado, a geopolítica que durante muito tempo foi entendida como o pensamento ideológico do Estado em relação aos interesses e concepções teóricas do Estado-nação, vem sendo absorvida pelas estratégias e articulações do mercado global da droga, pois:

A conjunção destes fatores continua a gerar condições propícias para a expansão do narcotráfico, fazendo com que o País deixe de ser apenas uma rota privilegiada do narcotráfico internacional, tal como tradicionalmente se fez acreditar. O Brasil processa, importa e exporta vários tipos de drogas. Tornou-se importante centro de produção e de consumo, além de fornecer novas drogas alternativas para os mercados interno e externo e de se ter constituído em mais uma peça da engenharia do crime do narcotráfico internacional. Assim, rapidamente cresce a importância do País no comércio internacional de drogas. Aumentam então, no cenário mundial, as expectativas quanto ao seu papel no enfrentamento do mesmo (PROCÓPIO FILHO; VAZ, 1997, p. 76).

A reflexão de Procópio Filho e Vaz (1997) se mantém bastante atual, já que a Amazônia se apresenta hoje como uma região estratégica para a transnacionalização da economia do narcotráfico. A contribuição da geografia é essencial para as facções criminosas e para as dinâmicas das redes ilegais. O controle do espaço se dá com base no conhecimento dos espaços que serão utilizados como rotas, bases operacionais, mercados e esquemas de lavagem de dinheiro. Assim, a geografia política e a geopolítica caminham juntas nas operações do crime organizado na Amazônia. O papel da territorialidade das facções implica, de acordo com Sack (1986), em um controle sobre um espaço no qual se exerce o poder de controlar pessoas e recursos. Com isso, reservas ambientais, terras indígenas, terras devolutas e a biodiversidade tornam-se objetos de interesse do garimpo ilegal, contrabando de madeiras e pescados, grilagem de terras etc.

Em suma, “a territorialidade poder ser entendida como uma base de poder de um determinado grupo ou agente sobre determinada área, como ‘estratégia espacial’ de controle dos recursos e das pessoas, pelo controle da área” (COUTO, 2014, p. 49-50). É nesse contexto que ocorre uma valiosa contribuição da geografia em relação a uma das possibilidades de interpretação ou explicação analítica do fenômeno das facções criminosas do narcotráfico na região amazônica. É dessa forma que também se pode explicar a expansão da violência, já que a organização espacial resultante desses processos é a da territorialização da violência, a qual vem sendo recriada permanentemente, uma nova ordem espacial, no sentido de sua própria reprodução, reafirmando a presença das facções criminosas nos espaços dos municípios da região.

5. Para (não) concluir

Não se trata de uma tarefa fácil pesquisar as dinâmicas territoriais das facções criminosas na Amazônia brasileira. Elas são impulsionadas por um mercado da droga que movimenta os fluxos globais das ilegalidades e reestruturam o espaço regional de acordo com seus interesses e estratégias. Tais estratégias são mobilizadas a partir de movimentos que ultrapassam as fronteiras territoriais, inserindo a região amazônica nas redes de relações do crime organizado transnacional.

Este fato reorientou a geografia do narcotráfico no Brasil e na região, visto que o processo de interiorização das facções criminosas tem como objetivo obter o controle das principais rotas do tráfico de drogas. Para tanto, estes grupos criminosos impõem lógicas territoriais por meio de relações de poder que fragilizam as instituições governamentais e alcançam municípios dos estados amazônidas, tornando-os espaços de interesses do crime organizado. É imprescindível reconhecer que a região historicamente apresenta problemas estruturais relacionados à violência, pois há grilagem de terras, contrabando de madeira e desmatamento ilegal, garimpo por meio de invasão de terras indígenas e biopirataria que se juntam à presença de facções criminosas. Nesse sentido, a relação entre o narcotráfico e os crimes ambientais torna-se uma das variáveis que explicam os conflitos pelos recursos naturais e pela terra.

O resultado desse processo é o aumento das taxas de mortes violentas intencionais. Esse contexto coloca a Amazônia enquanto a região mais violenta do território brasileiro e isso reflete uma dificuldade histórica por parte do Estado brasileiro em criar novas estratégias de enfrentamento às drogas; assim como, também, a carência de políticas públicas e de desenvolvimento regional que corrijam as desigualdades socioespaciais geradas por um modelo econômico que promoveu violação de direitos territoriais, afetando, sobretudo, as populações tradicionais.

Como apresentado nesse artigo, a região amazônica vive uma situação extremamente complexa. Tal complexidade se dá em função de relações de poder construídas e difundidas sobre o território. Destaca-se que os modelos de desenvolvimento produziram desigualdades espaciais e vulnerabilidades sociais, colocando sob risco populações indígenas, quilombolas,

castanheiros, seringueiros e pescadores artesanais. A violência na região amazônica foi, portanto, instituída pelo próprio Estado, que contribuiu para que ocorressem processos fragmentadores do espaço regional com a presença de múltiplos agentes. Nesse sentido, pode-se dizer que a violência nasce com o próprio modelo de desenvolvimento que não atendeu as necessidades e demandas das populações locais.

A presença do crime organizado e das facções criminosas na região veio se somar às mais variadas formas de violação de direitos, sobretudo, direitos territoriais. A reorganização espacial das facções criminosas em função da dinâmica do narcotráfico consolidou a importância geoestratégica da Amazônia para os mercados globais. Essa geopolítica do narcotráfico se dá com base nas articulações e estratégias que consolidam as presenças das redes ilegais na região, uma conexão necessária para o andamento do mercado da droga. Por fim, o que se chama de geografia política do narcotráfico são as relações de poder impostas a partir das territorialidades que geram tensões e conflitos pelo uso do território e pelo controle do espaço.

Notas

- 1 Segundo uma perspectiva decolonial são os modos de conceber, produzir e transmitir saberes na modernidade-colonialidade que alçam a produção científica de base racionalista a conhecimento neutro e universal – mas em verdade eurocêntrico e dependente da expropriação e do apagamento de outros saberes.

Referências

ABRANCHES, Sérgio. A Alienação da Autoridade: Notas sobre a Violência Urbana e Criminalidade. In: REIS VELLOSO, J. P. dos (Coord.). **Governabilidade, Sistema Político e Violência Urbana**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

BECKER, Bertha. **Amazônia**. São Paulo: Princípios, 1991.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Iná Elias de. **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Condicionantes sociais, poder de polícia e o setor de produção criminal**. Texto para discussão nº 957. IPEA. Brasília. 2003.

COUTO, Aiala. **A geografia do crime na metrópole**: das redes ilegais à territorialização perversa na periferia de Belém. Belém: Eduepa, 2014.

COUTO, Aiala. Conectividade e territórios em rede do narcotráfico na Amazônia Brasileira. **GeoTextos**, Salvador, v. 15, n. 2, p. 123-147, 2019.

COUTO, Aiala. Fronteiras e estrutura espacial do narcotráfico na Amazônia. **Boletim Gaúcho de Geografia**, v. 47, n. 1, p. 365-388, 2020.

COUTO, Aiala. Geografia das redes do narcotráfico na Amazônia. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 11, n. 22 p. 46-67, 2023.

COUTO, Aiala. **Geopolítica do narcotráfico na Amazônia**. Curitiba: Editora Appris, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Cartografias da violência na Amazônia** [livro eletrônico] / coordenação geral Renato Sergio de Lima, Samira Bueno, Aiala Colares Couto. 2. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. 163 p.: il. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/11/cartografias-violencia-amazonia-ed2.pdf>.

GOTTMANN, Jean. **The significance of territory**. Charlottesville: University Press of Virginia, 1973.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

KJELLÉN, Rudolf. "Studier Öfver Sveriges Politiska Gränser." **Ymer**, v. 3, p. 283-331, 1899.

MISSE, Michel. (Comentários Sobre) O Enigma da Acumulação Social da Violência no Brasil. **Journal of Illicit Economies and Development**, v. 1, n. 2, p. 1-7, 2019. Disponível em: https://eprints.lse.ac.uk/101221/2/_Coment_rios_Sobre_O_Enigma_da_Acumula_o.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

MORAIS, Paulo César de Campos. **Drogas e políticas públicas**. 2005. 306f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas: Sociologia e Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

ONU DC. **O relatório mundial sobre drogas**. Washington: UNODC, 2023. Disponível em: https://www.unodc.org/res/WDR-2023/WDR23_Exsum_fin_DP.pdf. Acesso em: 15 out. 2024.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. Apresentação da edição em português. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 3-5.

PROCÓPIO FILHO, Argemiro; VAZ, Alcides Costa. O Brasil no contexto do narcotráfico Internacional. **Rev. Bras. Polít. Internacional**, v. 40, n. 1, jun. 1997.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACK, Robert. **Human territory**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SAQUET Marcos, A abordagem territorial: considerações sobre a dialética do pensamento e do território. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES, 1., Canoas/Rio Grande do Sul, 2007. **Anais...** Canoas/RS: 2007.

SHELLING, Thomas C. Economics Analysis and Organized Crime. In: **The President's Commission on Law Enforcement and the Administration of Justice, Task Force Report**: Organized Crime. Washington, DC: US Government Printing Office, 1971. p. 114-126.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espaçial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

Recebido em 09/02/2025

Aceito em 06/03/2025